

“É de confiar desconfiando”: Tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia

“It’s to trust not trusting”: Tensions and conflicts between LGBT activism and media

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

CAROLINA BONOTO

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: c.bonoto@gmail.com. ORCID: [0000-0003-2184-7625](https://orcid.org/0000-0003-2184-7625).

LILIANE DUTRA BRIGNOL

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: lilianebrignol@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7323-038X.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

BONOTO, Carolina; BRIGNOL, Liliane Dutra. “É de confiar desconfiando”: Tensões e conflitos entre o ativismo LGBT e a mídia. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 116-130, abr./jul. 2020.

Enviado em: 15/4/2019. Revisor A: 24/6/2019; Revisor B: 15/7/2019. Revisor A: 4/8/2019; Revisor B: 14/10/2019. Aceito em: 1/11/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28512>

Resumo

Este artigo analisa a relação entre o ativismo LGBT brasileiro e os usos da internet, especificamente no âmbito das tensões e conflitos travados com a mídia tradicional. Através da observação de quatro plataformas digitais voltadas ao ativismo pró-LGBT e de entrevistas realizadas com os/as ativistas responsáveis, buscamos contribuir para o debate acerca do impacto desses espaços de comunicação online nas ações do ativismo LGBT. Os usos táticos e criativos da internet possibilitam que ativistas disputem narrativas compensando o fluxo unilateral de informação próprio da mídia tradicional, sobretudo em termos de visibilidade, diversidade de representações, estratégias de diálogo e busca por reconhecimento.

Palavras-chave

Ativismo LGBT; Mídia; Usos da internet.

Abstract

This article analyzes the relationship between Brazilian LGBT activism and the uses of the Internet, specifically in the context of tensions and conflicts with the traditional media. Through the observation of four digital platforms pro-LGBT and interviews with the responsible activists, we seek to contribute to the debate about the impact of these new spaces of communication in the strategies of LGBT activism. The tactical and creative uses of the Internet enable activists to dispute narratives by compensating the unilateral information flow of traditional media, especially in terms of visibility, diversity of representations, dialogue strategies and the search for recognition.

Keywords

LGBT Activism; Media; Internet uses.

Introdução

Questões referentes a gênero e sexualidade têm assumido notória centralidade nas agendas políticas atuais, especialmente durante as eleições presidenciais de 2018. O retorno da discussão sobre pseudoterapias de reversão sexual, popularmente chamadas de "cura gay"¹; a comoção em torno do projeto "Escola Sem Homofobia", conhecido de forma pejorativa como "kit-gay"²; e as discrepâncias entre a efetivação de políticas de enfrentamento às violências LGBTfóbicas e os discursos que as acompanham, são alguns exemplos dessa complexa conjuntura.

Com a subsequente eleição de Jair Bolsonaro (PSL) tais temas continuaram a receber especial atenção. Em seu primeiro ato documentado, o Presidente da República oficializou, em janeiro de 2019, uma Medida Provisória³ retirando a população LGBT das políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, de competência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da qual fazia parte desde 2004. Em abril do mesmo ano, determinou a proibição do uso de palavras e termos ligados ao "universo LGBT" em peças publicitárias e de divulgação de todas as empresas estatais brasileiras.⁴

A frustração com a política institucional pode dificultar a percepção de outras formas de ação coletiva que se desenvolvem no cotidiano, desafiando os padrões culturais e abrindo espaços para novos sentidos, como àquelas realizadas através da internet, por exemplo. As listas de e-mail, os fóruns de discussão, os blogs, os canais no Youtube, as páginas em redes sociais, configuram-se como novos recursos de engajamento e politização que redesenham as práticas comunicacionais dos movimentos sociais contemporâneos.

No ciberespaço, ativistas encontraram um lugar potencialmente democrático que, embora sujeito à criação de nichos de informação e às restrições impostas pelas lógicas de programação de cada plataforma, representa uma via de contestação à atuação homogeneizante dos meios tradicionais de comunicação, assim como a possibilidade de promover debates; preencher lacunas de representatividade; contra-agendar a mídia e construir novas formas de organização em torno de suas causas, muitas vezes extravasando, de forma complementar e simultânea, para o âmbito offline das ruas.

O presente trabalho integra uma pesquisa mais ampla que analisa os usos sociais da internet no combate à LGBTfobia por meio dos relatos de vida de ativistas brasileiros/as.⁵ Aqui, abordamos a relação entre o ativismo LGBT e os usos da internet com recorte nas aproximações e conflitos estabelecidos com a mídia. Nosso objetivo central é apresentar como os/as ativistas entrevistados/as percebem essa relação do ativismo com a mídia tradicional em termos de visibilidade, diversidade de representações, estratégias de diálogo, etc. Também, como compreendem o potencial dos novos espaços comunicacionais online no redimensionamento de tal relação com a mídia.

O termo mídia será utilizado como referência ao conjunto de veículos de comunicação impressos, radiofônicos e televisuais, assim como aos seus respectivos espaços no ambiente digital. Com base na

¹ O termo "cura gay" faz referência ao projeto de Decreto Legislativo 234/11, que buscava autorizar o tratamento psicológico para alterar a orientação sexual de homossexuais. Em 2017, o assunto voltou a ser discutido em razão da decisão judicial que concedeu liminar autorizando psicólogos a oferecerem tais pseudoterapias de reversão sexual, proibidas desde 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia.

² O projeto, que consistia em um conjunto de materiais didáticos pelo Ministério da Educação (MEC) para tratar sobre gênero, diversidade sexual e preconceito junto a professores/as nas escolas, causou grande polêmica entre setores conservadores da sociedade e sua distribuição acabou vetada, em 2011, pela presidenta Dilma Rousseff. Porém, foi resgatado de forma infame durante as eleições de 2018.

³ Através da Medida Provisória nº 870 e do Decreto 9.668/2019, a promoção dos direitos dessa população fica a cargo de diretoria subordinada à Secretaria Nacional de Proteção Global, o que representa significativa perda de status em relação ao tratamento dado anteriormente.

⁴ A determinação veio após o Presidente vetar a veiculação de uma campanha publicitária do Banco do Brasil marcada pela diversidade sexual, racial e de gênero.

⁵ A dissertação é intitulada "Ativistas LGBT em rede: os usos sociais da internet no combate à LGBTfobia", sob orientação da Profa. Dra. Liliâne Dutra Brignol, e foi defendida em março de 2018.

proposta de Eliséo Verón (1997), consideramos como mídia os meios de comunicação marcados pela pluralidade e a simultaneidade no acesso às mensagens. De mesmo modo, “grande mídia” e “mídia tradicional” são utilizados para designar os veículos de alcance nacional ou regional, em virtude da ampla circulação ou influência social, diferenciando-os dos de menor influência e maior independência, também chamados de “alternativos”. Ainda que se reconheçam as problemáticas e contradições teóricas, tais definições se assemelham ao uso que os/as entrevistados/as fazem dos termos.

Após um mapeamento das plataformas digitais pró-LGBT, ou seja, sites, blogs e páginas em redes sociais, duas premissas pré-investigativas foram fortalecidas: o ativismo LGBT tem expandido sua atuação na internet;⁶ e essa atuação resulta em um cenário amplo, não estruturado e, por vezes conflitante entre grupos distintos. O levantamento sobre nosso campo, embora não seja exaustivo em sua proposta, foi fundamental na seleção dos/as ativistas participantes.

A escolha se deu, sobretudo, em razão do alcance das plataformas digitais as quais representam e de forma a contemplar, na medida do possível, a multiplicidade de identidades englobadas pela sigla LGBT. Em seguida, realizamos entrevistas em profundidade, ao longo de dois anos, com os/as ativistas responsáveis por tais plataformas.

Há um crescente interesse pela pesquisa das relações travadas entre movimento LGBT e a mídia brasileira e importantes contribuições como os trabalhos de Ribeiro (2010), Péret (2011), Leal e Carvalho (2012) e Coletto (2013) foram realizados na última década. Nossa proposta, portanto, situa-se no desejo de centralizar as vozes dos/as ativistas envolvidos/as nesta relação.

Considerando os papéis singulares que desempenham no ativismo LGBT, optamos por manter, com a devida autorização, a identificação dos/as ativistas partícipes. Assim, através da observação desses espaços comunicacionais e das entrevistas realizadas, buscamos contribuir com o debate acerca do impacto do ambiente digital na reconfiguração da relação entre o ativismo LGBT brasileiro e a mídia tradicional.

Visibilidade e representação no cotidiano LGBT

A história é a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. É, também, o relato que se faz de tudo isso, como nos lembra Michelle Perrot (2007). Ao debruçar-se sobre a historiografia das mulheres, a autora ressalta que a história, desde que passou a existir enquanto disciplina científica, a partir do século XIX, é fortemente marcada por uma visão masculina e heterossexual. Faz-se necessário, dessa forma, que seja entendida como o resultado de interpretações e representações fundadas em relações assimétricas de poder.

A perspectiva androcêntrica atravessou os séculos e embalou a divisão simbólica dos sexos de forma hierárquica sob a pretensa neutralidade biológica dos indivíduos. Homens e mulheres eram entendidos como seres à parte. Anatomias diferentes, essências diferentes e, portanto, funções sociais diferentes. Tal conceito de gênero foi progressivamente contestado pelos movimentos de mulheres do pós-guerra (HARAWAY, 2004), cabendo às feministas da metade do século XX repensá-lo além da perspectiva essencialista.

Em 1975, a antropóloga Gayle Rubin elaborou o chamado “sistema sexo/gênero”, estimulando a ruptura teórica que estava por vir na década seguinte. Ao debater a opressão e subordinação social da mulher, Rubin (1993) reitera a negação do determinismo biológico e encara o gênero como sistema de representações sociais orientado pelo pertencimento do indivíduo a um sexo biológico imbricado em relações de dominação.

O conceito de gênero, a partir dos anos 1980, passa a servir como uma ferramenta analítica (SCOTT, 1995) e, ao mesmo tempo, uma ferramenta política (LOURO, 1997). Refere-se ao modo como as características sexuais são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. De acordo

⁶ Das 106 plataformas mapeadas que continuam atualizadas com frequência, 40% foram criadas nos últimos cinco anos (2014-2019).

com Louro (1997) o gênero é agora utilizado com forte apelo relacional, uma vez que as justificativas para as desigualdades foram buscadas não mais nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Na visão de Scott (1995), a percepção das desigualdades de gênero permite que este seja utilizado enquanto categoria para compreender, explicar e justificar outras relações hierárquicas, como classe e sexualidade, pela associação entre as posições de poder e o que se convencionou como masculino. Corpo, gênero e sexualidade (e por extensão, o sexo, o desejo, as práticas e identidades sexuais) adquirem, então, posição nuclear nas experiências individuais e também nas formas através das quais essas experiências são interpretadas nas sociedades contemporâneas, fortemente enraizadas em valores heteronormativos.

De acordo com Miskolci (2009), a heteronormatividade expressa as expectativas, demandas e obrigações que derivam do pressuposto da heterossexualidade como algo natural. Indo além da noção de heterossexualidade compulsória⁷, ela representa um conjunto de preceitos basilares aos processos sociais de regulação e controle. Segundo o autor, trata-se de um regime de visibilidade onde a monogamia heterossexual é sustentada como norma, enquanto as demais sexualidades são marginalizadas.

Nesse contexto, os processos de comunicação se encontram no centro de um complexo fenômeno de interação entre os valores culturais, as instâncias de poder e a sociedade em geral, intervindo amplamente na vida cotidiana. Compreender a participação da mídia tradicional na produção de sentidos é fundamental para, dentro de uma grande moldura, entender como são produzidas e reiteradas as diferenças e hierarquias sociais.

Assim, questionamos quatro ativistas ligados/as ao movimento LGBT brasileiro quanto suas percepções sobre a relação entre temas referentes a gênero/sexualidade e a mídia tradicional. Antônio Kvalo, designer, estilista e ativista gay, é um dos idealizadores do Tem Local⁸ – a primeira plataforma colaborativa para o mapeamento de LGBTfobia no Brasil; Eric Seger, educador físico e ativista trans, é cofundador do coletivo Homens Trans em Ação (HTA)⁹; Hailey Kass, ativista trans e bissexual, é escritora e criadora do blog Transfeminismo¹⁰ – considerado o carro-chefe do movimento transfeminista brasileiro; e, por fim, Natasha Avital, servidora pública e ativista bissexual, integrante do coletivo midiático Bi-sides¹¹ – um dos principais sites voltado às questões de bissexualidade no país.

Ao abordarmos as estratégias de visibilidade, dois assuntos ganharam relevo: a cobertura noticiosa sobre paradas do orgulho LGBT e as representações em telenovelas. Inspiradas nas marchas que surgiram na Revolta de Stonewall¹² e se espalharam pelos Estados Unidos e Europa, as Paradas do Orgulho LGBT chegaram ao Brasil em 1995, na cidade do Rio de Janeiro, e se tornaram o maior símbolo público-midiático do movimento. São, na visão de Facchini (2012), os fenômenos sociais e políticos mais inovadores do Brasil urbano, unindo o protesto e a celebração. Em razão do forte apelo público, agendam a cobertura midiática dos meios de comunicação.

O ativista trans Eric Seger, cofundador do HTA, conta em entrevista:

As Paradas são quando a gente pode colocar nossa mensagem na rua, né. Pode mostrar

⁷ Termo utilizado pela primeira vez por Adrienne Rich, teórica feminista estadunidense, no ensaio *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*, escrito em 1980 e publicado em 1986. Representa a expectativa de uma continuidade entre sexo, gênero, identidade de gênero e identidade sexual, em que a causa final é a heterossexualidade (MISKOLCI, 2009).

⁸ Disponível em: www.temlocal.com.br. Acesso em: 10 jan. 2017

⁹ Disponível em: www.facebook.com/HTAContato. Acesso em: 10 jan. 2017

¹⁰ Disponível em: www.transfeminismo.com. Acesso em: 10 jan. 2017

¹¹ Disponível em: www.bisides.com. Acesso em: 10 jan. 2017

¹² Em 28 de junho de 1969, um grupo de travestis, gays, bissexuais e lésbicas confrontou a repressão policial em Nova York. Conhecida como a Revolta de Stonewall, a data é o marco contemporâneo de início do movimento LGBT civilmente organizado mais reconhecido pela literatura.

que tá ali, tá organizado e tem algo pra falar. E é importante também para outros homens trans ou famílias de homens trans, que não sabem que existe um movimento organizado pertinho deles, poderem se aproximar da gente. E pra nós é importante nesse sentido, de marcar presença, de botar uma faixa, usar as camisetas do grupo. Tu tá ali carregando o símbolo do HTA, isso marca pras pessoas, dá a visibilidade que a gente precisa (Entrevista Eric).

Para Antônio, um dos criadores do Tem Local?, a abordagem sobre as Paradas é genérica e, por vezes, repetitiva:

Entra ano, sai ano, as coberturas são as mesmas: falam o tema, quantas pessoas participaram, depois vem o número de furtos, os registros de ocorrências, imagens de pessoas bebendo e alguma família hétero falando da importância de apoiar a causa. Quem viu uma, viu todas. Mas pelo menos estão falando, né. Eu acho que não tem uma maldade, acho que estão tentando (Entrevista Antônio).

A visão do ativista reflete a complexidade do assunto ao identificar um discurso pró-direitos LGBT ao mesmo tempo em que reforçam o apagamento das pautas e dos próprios ativistas envolvidos na realização dos eventos. Outro exemplo é a Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de São Paulo, que acontece no sábado antecedente ao da Parada LGBT, desde 2002. Natasha, integrante do coletivo midiático Bi-sides, sublinha algumas disparidades:

O movimento no Brasil ainda é muito GGGG. Prova disso é que muita gente, inclusive os jornais, ainda chamam a parada de “Parada Gay” ou “Parada do Orgulho Gay”. E a Caminhada é tanto uma forma de resistência a isso, quanto uma evidência disso. Não tem apoio, não tem patrocínio, *não sai nem uma notinha nas mídias*. Nem mesmo de divulgação. Tem gente que cruza e pergunta se é um evento “pré-parada”. Então, assim, é um evento pra lutar por essa visibilidade na sociedade, mas também dentro do movimento, sabe? (Entrevista Natasha).

Ainda que a Parada tenha deixado de usar o título “Orgulho Gay” em 2008, muitos veículos insistem em manter a nomenclatura e acabam reforçando o apagamento de lésbicas, bissexuais e trans. A crítica feita por Natasha não é nova e tensões semelhantes estão registradas em trabalhos como os de MacRae (1990); Facchini (2005); Simões e Facchini (2009). Na fala de Hailey Kass, criadora do blog Transfeminismo, identificamos crítica semelhante:

Não tem como falar em visibilidade sem as Paradas. Três milhões de LGBTs na rua é difícil ignorar. Então a visibilidade existe, mas nós temos que pensar que visibilidade é essa. Por exemplo, dia 22 de outubro é o Dia Internacional pela Despatologização Trans e o comum é você não encontrar uma notícia, uma nota, nada. E eu falo da militância também. Parece que a militância LGBT não tem interesse na luta das trans. Precisa lembrar que o movimento não é só G, tem o L, o B e o T também (Entrevista Hailey).

A avaliação de Hailey reitera a crítica previamente apontada por Natasha sobre a sub-representação na mídia e também dentro do ativismo LGBT. Esses dissensos se acentuam conforme avançamos no debate de representações midiáticas. Natasha, por exemplo, ponderou a necessidade de um olhar atento, a fim de evitar a perpetuação de já conhecidos estereótipos:

A gente [Bi-sides] teve uma experiência bem ruim com a Revista Galileu uns anos atrás. Eles estavam fazendo uma matéria sobre bissexualidade¹³ e eu fui uma das entrevistadas. A repórter parecia bem interessada, fez várias perguntas pertinentes, etc. Mas aí antes de sair a revista, ela me mandou um e-mail pra dar uma olhada. O título já era algo do tipo “Uma geração sem rótulos” e eu fiquei chocada. Nós temos rótulos, nós temos nome, é bissexual o nome! Mas a matéria saiu assim mesmo

¹³ Disponível em: www.revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/01/nova-revolucaoasexual.html. Acesso em: 19 set. 2017.

(Entrevista Natasha).

O estereótipo age, conforme descrito por João Freire Filho (2004), reduzindo toda a variedade de características de um determinado grupo social a alguns atributos considerados essenciais. Ao encorajar um conhecimento intuitivo sobre o *Outro*, geralmente através de julgamentos pré-definidos, o estereótipo age como uma forma de controle social, ajudando a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o aceitável e o inaceitável (FREIRE FILHO, 2004). Sobre o impacto de tais representações, Natasha completa:

A bifobia, numa questão cultural, é a falta de representatividade, é a mídia parar de nos ignorar completamente. É básico, é só o mundo parar de trabalhar com o pressuposto de que gente como eu não existe. Na novela "Em Família", por exemplo, tinha uma personagem que se dizia bi, e eu fiquei bem feliz com isso. Mas eu, como não assistia, achava que ela se dizia lésbica. O motivo disso é que pela mídia e pelas redes sociais, eu só via as pessoas falando "das lésbicas da novela". É comum na literatura, no cinema e nos produtos em geral, a bissexualidade ser colocada como algo que um parceiro ou parceira vai corrigir em você (Entrevista Natasha).

A fala de Natasha reflete uma posição crítica ao apagamento da bissexualidade que pode ser explícito ou então diluído na ideia de "pessoas sem rótulos". De modo semelhante, Seffner (2003) destaca, em sua pesquisa sobre as representações midiáticas de bissexuais, a polarização hetero/homossexualidade como agente perpetuador da representação de "bissexuais indecisos" cuja "estabilidade" ou "correção", como pontua Natasha, é alcançada com o relacionamento monogâmico.

Ainda sobre as telenovelas, Antônio reflete sobre os limites das representações:

Assim como tem a mocinha ingênua e tem a vilã que não para de pensar no seu plano maquiavélico, tem a bicha pintosa. Não me incomoda. Eu sei a importância da bicha pintosa ser representada na novela porque naquele momento em que o personagem está fazendo sucesso as bichas pintosas do "interiorzão" começam a ser minimamente respeitadas. Eu acho válido. Eu prefiro até personagens assim do que falando coisas erradas. *O desserviço me incomoda mais que o mau-serviço* (Entrevista Antônio).

Representar significa atribuir sentidos, produzir normas e revelar sistemas de valores que apontam para um desejo social. É por intermédio dos significados construídos pelas representações que conferimos sentido às nossas experiências e formulamos identidades. Esses significados também determinam as identidades que são "corretas" e aquelas que representam as "desviantes". Tal distinção é evidenciada na avaliação de Hailey:

Representatividade e visibilidade melhoraram bastante nos últimos anos. Têm algumas artistas trans ganhando destaque, alguns personagens aparecendo nas novelas, mas longe ainda de representar uma multiplicidade de corpos. Eu pessoalmente não me sinto representada porque eu sou gorda, né. É difícil você ver uma mulher trans e gorda nesses produtos midiáticos. A gordofobia me parece ser mais problemática que a questão trans. E as trans são sempre muito passáveis. Sempre vai ser uma representatividade limitada, dentro de certo padrão. Quem sabe um dia a gente chega lá. Mas vou esperar sentada (Entrevista Hailey).

Passabilidade, explica Hailey ao longo da entrevista, é a possibilidade de "passar por" homem cis ou mulher cis. Tratam-se, de acordo com Butler (2015), de normas de inteligibilidade socialmente instituídas. Gêneros inteligíveis são aqueles que mantêm relações coerentes entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Por exemplo, um indivíduo nascido com genitais femininas deve se identificar como mulher, assumir papéis sociais reservados às mulheres e envolver-se sexual e afetivamente com homens. Na visão de Hailey, ainda que haja um aumento na presença de pessoas trans na mídia, as representações

disponíveis ainda são centradas em corpos que, embora rompam com a expectativa de sexo-gênero, estão próximos aos padrões estéticos valorizados pela hetero-cisnormatividade.

Ribeiro (2010), em seu livro “A TV no armário”, destaca as vias implícitas pelas quais as mídias televisivas são capazes de reproduzir visões heterocentradas e manter hierarquias de raça, gênero e sexualidade ao mesmo tempo em que rechaçam o rótulo de preconceituosas. Tal regulação também é percebida por Beleli (2009) ao analisar a visibilidade LGBT na mídia. A autora constata ser crescente a participação de LGBTs em telenovelas e propagandas publicitárias, porém chama atenção para a higienização das representações, não raro permeadas por convenções sociais “normalizadas”, como a de uma relação monogâmica com promessa de casamento (BELELI, 2009, p. 128).

Eric faz uma avaliação ponderada sobre a representação inédita de um homem trans e gay no horário nobre:

Será que esse personagem marcou as pessoas? A novela [A Força do Querer] tentou ser politicamente correta de ter alguém lá explicando o que era homem trans, alguma vez aqui e ali. Ao mesmo tempo em que fazia isso também, tinha outro homem trans passando a imagem de “enganar” as pessoas. Então eu não sei se ficou explicado. Mas eu acho que *no fim das contas foi um saldo positivo de poder referenciar isso*. Dizer: “olha só, lembra que tinha um personagem assim na novela?” Não vou ser exigente de cobrar tudo certinho, é passo a passo. No grupo [HTA] tiveram aqueles que reclamaram de alguns aspectos, mas a maioria se identificou. *Relataram que ajudou a falar com a família, que a família chorava assistindo porque se identificavam também* (Entrevista Eric).

Assim como Natasha e Hailey, Eric sublinha a limitação do que se deve esperar e do que se pode alcançar através da representação midiática, pois ao mesmo tempo em que a telenovela tentava construir uma narrativa próxima à realidade, reforçava a oposição entre “homem de verdade” e “falso homem”. Para o ativista trans, o ponto positivo está na potencialidade em conectar o tema da transexualidade ao cotidiano social.

O debate da representatividade enquanto política LGBT tem avançado tanto no ativismo quanto na academia. Também é crescente o número de personagens LGBTs, principalmente em produções internacionais.¹⁴ Entretanto, para além da quantidade, as/os entrevistadas/os destacam a importância de atentar para os modos como essas representações são construídas. Aproximamo-nos da análise de Colling (2011) quando reforça que os produtos midiáticos podem provocar discussões socialmente relevantes, desde que ofereçam representações diversificadas e personagens humanizados.

A mídia ocupa lugar central na cultura ao contribuir para as compreensões e produções de significados. Ela filtra e molda realidades por meio de suas representações, fornecendo critérios e referências para a condução da vida diária. Embora não seja nossa intenção analisar exaustivamente as representações construídas sobre as identidades LGBT, compreender as visões dos/as ativistas quanto aos sentidos disponíveis na mídia é fundamental para visualizar as motivações pessoais e políticas que resultam na criação e manutenção das plataformas de ativismo.

Ativismo e mídia: entre a negociação e a vigilância

Em um cenário de globalização e informatização, os movimentos sociais diversificaram-se e, na mesma medida, se complexificaram. Fortalecidos pelos usos e apropriações das tecnologias de informação e comunicação (TICs), esses movimentos inauguraram novas formas de interação, novas redes de disseminação de conhecimento e novos mecanismos de visibilidade. Os *movimentos sociais em rede*,

¹⁴ O relatório *Where We Are on TV*, do grupo Gay & Lesbian Alliance Against Defamation (GLAAD), especializado em monitoramento da mídia em relação às representações da população LGBTQ, aponta que, em 2018, dos personagens representados na TV aberta, a cabo e *streaming* 8,8% eram LGBTs, a maior porcentagem alcançada em quatorze anos de pesquisa.

como foram designados nos trabalhos recentes de Manuel Castells (2003; 2013; 2013b), são definidos enquanto ações coletivas do século XXI que se manifestam na e pela internet e visam a transformação de valores e instituições da sociedade.

Entretanto, Castells (2013b) enfatiza que tais movimentos não são resultado do desenvolvimento da internet ou de qualquer outra tecnologia. Para o autor, os movimentos sociais surgem da contradição, dos conflitos e, principalmente, do desejo de construir projetos alternativos de sociedade. Ao mesmo tempo, ressalta que, embora não seja elemento único na formação das ações coletivas, a internet ultrapassa o papel meramente instrumental:

Ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. Ela protege o momento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada (CASTELLS, 2013b, p. 171).

Necessário ressaltar, como lembra Martín-Barbero (2006), que as tecnologias não são neutras. Hoje, mais do que nunca, elas constituem grupos de condensação e interação de interesses econômicos e políticos com mediações sociais e conflitos simbólicos (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 70). A internet, por sua vez, encontra-se cercada pelo poder dos grandes conglomerados empresariais e, em variados níveis, regulada pelos governos. Além do mais, é preciso considerar as assimetrias existentes nas condições de acesso às novas tecnologias, sobretudo nos limites de exclusão digital, a fim de evitar perspectivas deterministas e ufanistas sobre a sua atuação.

Outro ponto de destaque é trazido por Gustavo Cardoso (2007) ao sublinhar que a internet, enquanto lugar de circulação de discursos, também pode levar a apropriações conservadoras, atuando na manutenção da vida social tal como se encontra constituída, inclusive dentro da mesma lógica centralizadora dos meios tradicionais de comunicação. A internet constitui-se, então, através de seus usos.

A expansão das novas tecnologias impulsionou a substituição das tradicionais estruturas hierárquicas de comunicação por estruturas de rede flexíveis, inaugurando um novo modelo comunicacional baseado na comunicação em rede. Essa nova forma de comunicação fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. São exemplos, a comunicação estabelecida através de redes sociais online como o Facebook, o Instagram, o Twitter, o Youtube e, também blogs e sites.

A história de interações entre o ativismo LGBT e a mídia não é nova no Brasil. Diversas ações de grupos ligados ao movimento, como cartas abertas, notas de repúdio, ofícios a órgãos públicos, pedidos de direito de resposta, têm ocorrido nos últimos dez anos. Coletto (2013), ao debruçar-se sobre as tensões estabelecidas entre o movimento LGBT e a mídia brasileira, extrai um conjunto de estratégias de atuação que envolvem, principalmente, o diálogo e o ativismo jurídico endereçados a uma série de setores, sobretudo telenovelas, imprensa, publicidade e a música.

Aqui, destacamos uma terceira estratégia: os usos criativos (DE CERTEAU, 2011) de espaços comunicacionais online onde as minorias possam subverter a gramática estabelecida pelos meios hegemônicos, contestando os conteúdos e as formas dominantes. Na observação das plataformas selecionadas, constatamos a presença de múltiplas estratégias de interação entre ativistas e mídia, porém duas se sobressaem: existe um claro direcionamento a preencher lacunas criadas pelo Estado e pela mídia no âmbito das questões LGBT; e é constante a ação de negociação e vigilância aos modos como os veículos midiáticos abordam tais temas.

Por meio desses espaços, os grupos ativistas trazem à esfera pública questões negligenciadas e, através da produção e distribuição de informações, impulsionam a disseminação de discussões pouco ou nada abordadas. A página Homens Trans em Ação (HTA) na rede social Facebook é um exemplo. De acordo

com Eric, ela surgiu da necessidade de ocupar um lugar ignorado pelas instituições:

Faltava um espaço que concentrasse informações sobre homens trans no país, né. Na verdade, ainda falta informação vinda do governo, da escola, da universidade, da mídia em geral. Muita gente nem sabe que nós existimos, não sabe o que é ser homem trans. Por isso nós criamos a página, *pra falar do que ninguém mais fala* (Entrevista Eric).

A crítica de Eric remete ao apagamento sistemático da luta trans na sociedade. Durante as entrevistas, o ativista relembrou histórias que refletem a função da página do HTA, que soma mais de 1.700 curtidas¹⁵, de informar e orientar homens trans sobre direitos, recursos de saúde e políticas públicas, como conta no trecho a seguir.

São poucos grupos organizados de homens trans no Brasil. No Sul nós somos os únicos, então aparece muito cara trans querendo tirar dúvidas pela página. Eles perguntam sobre hormonioterapia; como passar a usar o banheiro masculino; sobre onde tirar Carteira de Nome Social. E é nosso direito, né. Aqui no Estado [Rio Grande do Sul], pelo menos. E muitas vezes as pessoas não sabem que têm esse direito, ou se sabem, não sabem como garantir ele. Então a gente explica, orienta, indica. É importante ter com quem conversar. Ser homem trans às vezes é um processo bem solitário (Entrevista Eric).

A visão do ativista reforça a importância da presença do movimento trans na internet, transpondo barreiras geográfico-territoriais e permitindo a aproximação de pessoas de diferentes lugares. Em sua tese de doutorado, Simone Ávila (2014) acompanhou diversos espaços onde circulavam transhomens¹⁶ brasileiros e, após quatro anos de observação participante, sinalizou a forte recorrência de isolamento e exclusão social de pessoas trans, especialmente em razão do preconceito e rejeição em âmbito familiar e escolar. Pesquisas como a de Ávila (2014) e Carvalho (2015) indicam as redes de apoio através da internet como principal espaço de sociabilidade de homens trans.

De forma semelhante, o blog Transfeminismo conectou mulheres de todo país em torno do debate, até então escasso, da transgeneridade aliada ao feminismo. Nas entrevistas, Hailey contou:

Foi através do Tumblr que eu soube que tinha uma corrente feminista chamada transfeminismo, comecei a ler sobre e pensei “a gente tem que ter um debate desses aqui no Brasil”. Aí fiz um grupo no Facebook pra pessoas interessadas e juntas a gente decidiu fazer um site. Na época, não tinha mais ninguém falando sobre isso na internet, e tem coisas que o feminismo cis não alcança. Precisava ter um espaço específico para as pautas das mulheres trans. Existe muita força em poder debater certas questões com quem entende a mesma dor (Entrevista Hailey).

Hailey, que se identifica como trans e bissexual, reforça que a ideia era criar um lugar de debate, mas também de acolhimento. Na mesma linha está o relato de Natasha sobre a criação do Bi-sides. O site é hoje a principal plataforma comunicacional voltada à bissexualidade e, da mesma forma que o blog Transfeminismo, surgiu motivado pela inexistência de espaços de informação voltados a determinado segmento LGBT. Além do site, o Bi-sides ainda possui página, com mais de 5 mil curtidas¹⁷, e um grupo moderado no Facebook, que conta com 4 mil membros:

¹⁵ Dados de julho de 2019.

¹⁶ Em seu trabalho, Ávila (2014) conta que utiliza o termo “transhomem” por imaginado, ainda no início da pesquisa, que este fosse um “termo nativo” por em suas primeiras buscas sobre o tema ter encontrado o blog brasileiro “Transhomem Brasil”. Entretanto, no decorrer do tempo em campo, percebeu que os termos mais utilizados por seus interlocutores eram FTM (*Female to Male*) e transexual masculino (ÁVILA, 2014, p. 32). Em nossa pesquisa, porém, o termo “homem trans” foi escolhido por ser o termo utilizado por Eric durante as entrevistas, inclusive representando o nome de seu Coletivo.

¹⁷ Dados de julho de 2019.

Chega muita mensagem na página e muito comentário no grupo de gente agradecendo, dizendo que é o único lugar que se sente à vontade, que é o único lugar em que não precisa se explicar. Eu acho que isso de você não precisar se explicar é muito importante. Por que às vezes você está entre pessoas que são pessoas legais e elas te aceitam, mas elas não entendem questões específicas. Então você está entre pessoas que têm alguns aspectos seus que você não precisa explicar, que já tá presumido por que todo mundo já sabe o que você tá falando, sabe? Isso é muito importante (Entrevista Natasha).

Pesquisas como a de Nussbaumer (2004) e Daniliauskas (2014) têm indicado a relevância de espaços *online* de sociabilidade, especialmente para jovens LGBT, nos processos de reconhecimento, emancipação e auto-aceitação. Em nossas entrevistas, o mesmo pode ser constatado. Reiteradamente os/as ativistas indicaram o quão expressivo é estar entre pares no fortalecimento dos indivíduos e do próprio movimento LGBT.

Outro ponto relevante na relação entre ativismo e mídia são as estratégias de vigilância e diálogo constantemente travadas por meio das plataformas digitais. Ao questionamos Eric sobre o posicionamento do HTA em relação aos produtos midiáticos, o ativista destacou:

Tem que ficar sempre de olho. É de confiar desconfiando. Tem muita reportagem que só reforça o preconceito. Às vezes as matérias nos retratam como "um homem que virou mulher" ou "uma mulher que virou homem". E isso aí não nos serve. Não é qualquer visibilidade que ajuda. Em maio [2017] saiu uma matéria bem legal no G1 contra a internação compulsória de pessoas trans em instituições psiquiátricas. Usaram nome social e tudo. Mas aí, agora em julho, um homem trans foi assassinado aqui em Porto Alegre e no Clicrbs, que é do mesmo conglomerado do G1, tinha o nome feminino do registro civil dele na matéria. É um assassinato duplo: nos matam e nos negam nossa identidade (Entrevista Eric).

As duas matérias foram compartilhadas na página Homens Trans em Ação. A primeira, do site G1, foi repostada com o título "a importância da mídia"¹⁸ e recebeu elogios pela abordagem socialmente responsável e uso adequado dos artigos e pronomes de gênero. Já a segunda, do jornal Zero Hora – Grupo RBS, afiliado ao Grupo Globo, foi acompanhada de uma nota de repúdio¹⁹ por, repetidamente, utilizar o nome de registro civil feminino de um homem trans.

A demanda pelo uso correto dos artigos e pronomes de gênero para pessoas trans talvez seja uma das mais antigas do movimento LGBT em relação à mídia e, ainda assim, o uso de "o travesti" ou da identificação pelo nome do registro civil em matérias jornalísticas continua sendo comum. Quem também pontuou essa problemática foi Antônio:

Quando a gente não recebe as denúncias diretamente pela plataforma [Tem Local?], a gente acaba recebendo por alguma matéria de jornal. E as matérias de jornal insistem em continuar chamando as pessoas trans pelo nome de registro. A gente já leu coisas horróricas, como por exemplo: em destaque estava o nome de registro e aí dizia "atendia pelo apelido tal". Então a gente começa nesse processo: "Não! Essa pessoa é uma pessoa trans e o nome dela é tal". É uma negação da identidade de gênero atrás da outra. Então eu acho que é papel sim do ativismo ir corrigir a mídia, tentar melhorar as informações para a sociedade (Entrevista Antônio).

O entrevistado pontua a importância de um papel ativo do ativismo na correção dos veículos jornalísticos. Na mesma linha, Eric descreve como um "duplo assassinato" o apagamento identitário que ocorre mesmo após a morte. O ativista trans reitera a linha argumentativa apresentada rapidamente por Antônio ao sublinhar a importância de um olhar crítico sobre a representação das pautas LGBTs na mídia.

¹⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/htacontato/posts/691888494348058?tn=-R>. Acesso em: 13 set. 2017.

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/htacontato/posts/719133094956931?tn=-R>. Acesso em: 13 set. 2017.

Hailey, por outro lado, faz uma avaliação distinta das de Eric e Antônio. Para ela, a transfobia no discurso midiático tem outra frente principal:

Me parece que os jornais um pouco mais comprometidos têm melhorado na questão de usar o pronome de gênero adequado. Mas isso porque a militância *bateu muito de frente, criticou muito essa questão*. Eu acho que um problema grande ainda é a patologização. As pessoas ainda não têm muita noção da questão trans fora dos marcos da patologia. Por exemplo, reforçando a ideia de que a pessoa trans só vai se sentir completa depois da cirurgia. Então assim, *me parece que as questões mais elementares, como o do respeito do nome social e do uso dos pronomes corretos, melhoraram bastante*. Mas a noção da transexualidade enquanto patologia ainda é muito forte e muito difícil de ser combatida nos meios, inclusive da esquerda (Entrevista Hailey).

A fala de Hailey denuncia a postura de exotismo e fetichismo com que os corpos trans são, muitas vezes, retratados. Eric faz crítica semelhante ao citar matérias que se referem às pessoas trans como “uma mulher que virou homem” ou “um homem que virou mulher”. Para ambos, trata-se de uma tentativa de deslegitimação. O “corpo-sexuado” (o corpo-homem e o corpo-mulher), como define Berenice Bento (2006), encontra nas experiências transexuais seus próprios limites discursivos, uma vez que nelas o gênero significará o corpo, revertendo um dos pilares de sustentação das normas de gênero.

A identidade de gênero não é uma essência que adquire visibilidade pelos atos e comportamentos; ao contrário, são os atos, linguísticos e corporais, que edificam os sujeitos generificados. O gênero é, portanto, perpassado por performatividades (BUTLER, 2015). Como lembra Bento (2006), os olhares acostumados a divisão dualista do gênero, se perdem diante destes corpos trans, que cruzam os limites tão aparentemente fixos do masculino e feminino e reivindicam, por meio de seus corpos e maneiras de ser, uma identidade de gênero oposta a informada em sua biologia.

As visões dos/as ativistas sobre a atenção da mídia tradicional às demandas da população LGBT são, portanto, diversas. Em comum, apresentam uma percepção positiva quanto ao papel da internet no reconhecimento e na articulação política de lésbicas, gays, bissexuais e trans. Como nos lembram Facchini e França (2009), o movimento LGBT é um ator social complexo, necessariamente em relação com outros atores que o influenciam e são por ele influenciados. O mesmo pode ser estendido aos/as ativistas que o integram, estejam em contextos organizacionais ou não. Assim, embora nosso esforço em refletir essas diferenças na composição dos/as entrevistados/as, ela está longe de ser representativa de todas as tensões e conflitos do ativismo LGBT brasileiro.

Considerações finais

Com as mudanças societárias decorrentes da comunicação digital, transformaram-se também as relações de poder. Para Castells (2015), as relações de poder, base das instituições que organizam a sociedade, são amplamente construídas na mentalidade das pessoas através, entre outras estruturas, dos processos de comunicação. O que configura, na visão do autor, uma forma mais decisiva e duradoura de dominação do que a subordinação por intimidação ou violência, pois se dá dentro de uma perspectiva de hegemonia.

Porém, onde há poder há também contrapoder, destaca Castells (2013). Representado pela capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Trata-se da tentativa deliberada de alterar as relações de poder reprogramando as redes em torno de outros valores ou rompendo as alternâncias predominantes.

Nesse contexto, a internet se configura como um espaço social amplo, diversificado e menos propenso à intervenção de mediadores. Ressalvadas suas restrições, seja em relação às assimetrias nas

condições de acesso ou nos limites que a lógica de mercado do capitalismo transnacional impõe para sua autonomia, a internet possibilita que indivíduos criem novas formas de comunicação como força compensatória ao fluxo unilateral que é próprio da mídia comercial.

Em rede, ativistas LGBT encontram um potencial inédito de interação e organização. As plataformas digitais analisadas, sem exceção, surgiram de pessoas conectadas em torno de interesses comuns e motivadas a preencher um lugar de produção e distribuição de informações até então negligenciado pelas demais instituições. Como resultado desses processos de engajamento, tornaram-se também espaços de acolhimento, sociabilidade e reconhecimento.

Na visão de nossos/as entrevistados/as a mídia tradicional, vem mostrando certa receptividade às pautas LGBT. Entretanto, são coberturas de acontecimentos pontuais e calendarizados, geralmente relacionadas aos megaeventos, como as Paradas de Orgulho. Tais posicionamentos têm gradações diversas, mas gravitam entre severas críticas e olhares desconfiados.²⁰

Já os modos como os/as ativistas LGBT interagem com a mídia são atravessados por ações de protagonismo individual, revelando uma estratégia não sistematizada de vigilância e negociação. Através da internet, denunciam matérias e reportagens identificadas como prejudiciais à população LGBT ou buscam corrigi-las.

No que concerne a avaliações gerais sobre representação na mídia, a maioria dos/as entrevistados/as fez críticas negativas, em níveis distintos, sobretudo aos personagens de telenovelas. As representações foram consideradas limitadas e, muitas vezes, perpetuadoras de estereótipos. Entre as críticas tecidas, foram apontadas: a existência de certa higienização dos corpos trans, seguindo um modelo de "passabilidade"; a retratação de bissexuais em histórias onde serão "corrigidos/as", optando, então, entre homo/heterossexualidade; e a ideia de pessoas enquanto "enganadoras".

De modo bastante claro, as avaliações das/os ativistas convergem quanto ao impacto da internet na organização destes que chamamos de ativismo LGBT em rede. São os usos estratégicos e criativos da internet, como os vistos nesse trabalho, que possibilitam mudanças político-institucionais capazes de politizar novos atores, renovar os processos democráticos e tensionar as estruturas heteronormativas que nos prendem.

Embora cada indivíduo construa seus próprios significados diante do mundo, esse processamento mental é fortemente perpassado pelo ambiente comunicacional. O que se pode presumir é que uma mudança nas práticas comunicativas pode, portanto, afetar as normas de construção de significados e, por consequência, as relações de poder. Se no início apresentamos que onde há poder, há também contrapoder, podemos concluir que onde quer que haja dominação existirá resistência.

Referências

ÁVILA, Simone. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: a emergência de transmasculinidades no Brasil Contemporâneo. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BELELI, Iara. Eles[as] parecem normais: visibilidade de gays e lésbicas na mídia. **Revista Bagoas**, n. 4, p. 113-130, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

20 Importante lembrar que nossa pesquisa envolveu apenas os relatos de ativistas, ou seja, uma mudança no perfil de entrevistados/as certamente traria pontos de vista mais variados.

- CARDOSO, Gustavo. **A Mídia na Sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **“Muito prazer, eu existo!”**: Visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo: Paz & Terra, 2013a.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.
- COLETTI, Luiz Henrique. **O movimento LGBT e a mídia**: tensões, interações e estratégias no Brasil e nos Estados Unidos. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- DANILIAUSKAS, Marcelo. **Não se nasce militante, torna-se**: processo de engajamento de jovens LGBT – Panorama histórico na cidade de São Paulo e cenário atual em Paris. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2016.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2011.
- FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009.
- FACCHINI, Regina. Conexões, processos políticos e movimentos sociais uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. **Revista ADVIR**, v. 28, p. 6-20, jul. 2012.
- FREIRE FILHO, João. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **Revista Eco-Pós**, v. 7, n. 2, p. 45-71, ago./dez. 2004.
- HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.
- GOMES DE JESUS, Jaqueline. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. **Revista Universitas Humanística (Online)**, n. 78, p. 241-257, 2014.
- LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo e Homofobia no Brasil**: mapeamento e reflexões. São Paulo: Intermeios, 2012.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Técnicas, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *In*: MORAES, Denis (Org.). **Sociedade mediatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, n. 21, p. 150-182, 2009.
- NUSSBAUMER, Gisele. **Comunicação, sociabilidade e escrita de si**: a comunidade GLS no ciberespaço. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Universidade Federal da Bahia, 2004.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**: entre a militância e o consumo. Publifolha, 2011.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Irineu Ramos. **A TV no armário**: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros. São Paulo: GLS, 2010.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex. *In*: REITER, Rayna (ed.) **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de mulheres**: notas sobre economia política do sexo. Recife: Edição SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 7, p. 71-99, 1995.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença na masculinidade bissexual. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

VERÓN, Eliséo. Esquema para el analisis de la mediatización. **Diálogos de la Comunicación**, Lima, n. 48, out. 1997.

Carolina Bonoto Espindola é Mestra em Comunicação Midiática pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Liliane Dutra Brignol é Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica e revisão da versão em língua estrangeira.